



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DECISÃO – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**EMPRESA: AJ2 SOLUÇÕES LOGÍSTICAS E SAÚDE LTDA**

Processo Licitatório: 9282/2021

Referente à:

**PREGÃO Nº 001/2022**

**DATA DA ABERTURA:** 02 de fevereiro de 2022

**HORÁRIO:** 10:00

**OBJETO:** PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado de na modalidade *PREGÃO do tipo menor preço Global (LOTE ÚNICO)*, para REGISTRO DE PREÇO, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 19/01/2022 e no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 20/01/2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

**DA TEMPESTIVIDADE**

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **AJ2 SOLUÇÕES LOGÍSTICAS E SAÚDE LTDA** e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via e-mail em 31 de janeiro de 2022 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 0892/2022.

**DO PEDIDO**

Alega a empresa que edital traz em seu bojo uma gama enorme de ilegalidades, o que vai de encontro a princípios constitucionais e os princípios que regem os processos licitatórios, conforme abaixo:

1. **A NÃO VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR** – Alega, em resumo, que o edital não traz qualquer vedação à participação de entidades do 3º setor, a exemplo de associações, OS's, OSCIP's, e similares.
2. **DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** – Alega que a exigência de comprovação que afeta à qualificação técnica deve estar restrita ao mínimo indispensável à execução do objeto, nos termos estabelecidos pelo art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal e, a exigência de, no mínimo, dois atestados de capacidade técnica fere o princípio da legalidade, extrapolando os limites legais.
- 3 - **DO REAJUSTE DE PREÇO** – Alega que o item VIII (DO PREÇO), alínea 8.4, diz que: “Não haverá reajuste de preço.” Alega, ainda, que para garantir efetividade à previsão constitucional, são previstos na legislação ordinária mecanismos para a manutenção do

equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, dentre os quais se inclui o reajuste de preços.

- 4 - **EXIGÊNCIA DE PROTOCOLO FÍSICO PARA INTERPOR RECURSO OU IMPUGNAR EDITAL DE LICITAÇÃO** – Alega que não é admissível, na atualidade, que a Administração Pública rejeite a possibilidade de utilização dos modernos meios de comunicação para apresentação de recursos administrativos, impugnações ou pedidos de esclarecimentos. E que restrições como essa não encontra amparo na Lei nº 8.666/93 e deve ser evitada pelos órgãos licitantes, pois se trata de excesso de formalismo não mais aceitável, sendo que o adequado seria a previsão de recebimento de mencionados documentos da forma mais ampla possível, sem excluir, sobretudo, o meio eletrônico, amplamente utilizado nos certames atuais.

É o relato resumidamente.

### **DO MÉRITO**

Isto posto, requer a empresa:

a) Em face do exposto, requer que seja a presente IMPUGNAÇÃO JULGADA PROCEDENTE, com efeito de corrigir os itens acima descritos, cessando de imediato as divergências e interpretações e demais itens que possam ensejar a nulidade de pleno direito dos itens, ora combatidos;

b) Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

### **DO JULGAMENTO**

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a equipe técnica do Hospital Municipal Santa Therezinha para análise e pronunciamento, haja visto, com exceção do item 4 - *EXIGÊNCIA DE PROTOCOLO FÍSICO PARA INTERPOR RECURSO OU IMPUGNAR EDITAL DE LICITAÇÃO*, os demais itens não constam no Termos de Referência. Vale informar que o Termo de Referência é o documento em que o requisitante de forma clara esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução. Esta Pregoeira não pode informar o que não foi solicitado.

A impugnação foi respondida pela Senhora Secretária de Saúde, conforme resposta escaneada em anexo.

Cabe ressaltar, que o parecer da Senhora Secretária de Saúde é assinado juntamente com a Assessora Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde.

Cabe ressaltar, ainda, que o processo foi enviado ao Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito para deliberação a respeito do assunto, sendo indeferido pelo mesmo.

Quanto ao item 4 - *EXIGÊNCIA DE PROTOCOLO FÍSICO PARA INTERPOR RECURSO OU IMPUGNAR EDITAL DE LICITAÇÃO* informo que foi acatado pela pregoeira tendo em vista que

no final do exercício passado, bem como, início deste ano, os pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos estão sendo recebidos via e-mail. Informo, ainda, que a partir do pregão 002/2022, os editais já correrão com as devidas modificações referentes ao recebimento de esclarecimentos e impugnações via e-mail, desde que, comprovado o recebimento do mesmo.

Considerando que essa Pregoeira entende que os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, as licitações nomeados no art. 3º da Lei 8.666/93, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

### **DA DECISÃO**

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira, tendo como base o entendimento da Secretaria Municipal de Saúde e Assessora Jurídica da Saúde e ainda o indeferimento por parte do Exmo. Sr. Prefeito, indefiro o pedido feito pela empresa **AJ2 SOLUÇÕES LOGÍSTICAS E SAÚDE LTDA**, razão pela que o edital deverá ser mantido em sua integralidade e o Pregão nº 001/2022 permanecendo em data e horário já marcados, quais sejam, dia 02/02/2022 as 10 horas, informado que o edital foi publicado nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, no jornal de grande circulação, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>. Informo, ainda, que a resposta a este pedido de Impugnação será disponibilizada na página da prefeitura no site: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, no Diário Oficial do Município e no portal da transparência, bem como, deverá ser dado ciência a empresa via e-mail.

..

São José do Vale do Rio Preto, em 01 de fevereiro de 2022

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
***Pregoeira***